PATRIMÔNIO QUE ENSINA: ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA, TURISMO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Marlon Borges Pestana[*]
Amanda Cristina dos Santos Costa Alves[**]

RESUMO

O presente artigo busca-se discutir as potencialidades do ensino de História indígena e do Turismo Cultural nos ambientes não formais, valendo-se como referência o Parque Estadual do Guartelá, no Paraná-Br, entendido como espaço de articulação entre patrimônio natural, patrimônio arqueológico, práticas de mediação e processos educativos. Para tanto, recorre-se às fontes documentais, bibliografias e o Plano de Manejo do Parque, de modo a compreender como a visitação, a educação patrimonial e a interpretação turística podem contribuir para a aproximação entre sujeitos, memória, paisagem e bens culturais. Neste contexto, o ensino de história e o turismo cultural possibilitam a problematização da preservação e da conservação do patrimônio histórico-cultural para a sociedade, estabelecendo discussões em relação aos bens culturais e seus usos. Sendo que, as ações educativas podem atuar de forma positiva promovendo a interação entre sujeito e patrimônio. As ações educativas, quando planejadas de forma interdisciplinar, podem promover a interação crítica entre sujeito e patrimônio, rompendo a barreira do distanciamento, valorizando a história local e ampliando as possibilidades de aprendizagem para além dos ambientes escolares normativos.

Palavras-chave: Ensino de História, Turismo, Educação Não Formal, Parque Estadual do Guartelá.

ABSTRACT

This article discusses the potential of History education and cultural tourism in non-formal settings, using Guartelá State Park (Paraná, Brazil) as a case study – a space where natural and archaeological heritage, mediation practices, and educational processes intersect. To this end, the study draws on documentary sources, bibliographic material, and the Park's Management Plan to understand how visitation, heritage education, and tourism interpretation can foster connections between individuals, memory,

[*] Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: mbpestana@furg.br.

[**] Mestra em História e bacharela em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Pesquisadora do Laboratório de Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas (ARISE/FURG). E-mail: amandacristinasca@gmail.com.

landscapes, and cultural assets. In this context, History education and cultural tourism enable a critical examination of the preservation and conservation of historical-cultural heritage for society, sparking discussions regarding cultural assets and their uses. Educational initiatives can play a positive role by fostering interaction between individuals and heritage; when planned with an interdisciplinary approach, they promote critical engagement, bridge the gap of detachment, value local history, and expand learning opportunities beyond conventional school environments.

Key-words: History Teaching, Tourism, Non-formal Education, Guartelá State Park.

INTRODUÇÃO

A referência utilizada neste trabalho é o Parque Estadual do Guartelá que foi criado com o intuito de proteger as áreas ecológicas do seu entorno, por ser considerado um local de elevado potencial paisagístico, com cânions, cachoeiras, patrimônio arqueológico, geológico e biológico, o que indica alceado potencial educativo. Além de ser composto por uma área de diversidade em patrimônio natural, cultural e geográfico, conta também com sítios arqueológicos de arte rupestre, o que oportuniza potencialidades para pesquisas em ensino de História através de espaços não formais.

Este artigo objetiva discutir as potencialidades para o ensino de História indígena e do turismo cultural nos espaços não formais, com a intenção de promover um diálogo entre o sujeito histórico e o patrimônio cultural local.

Entretanto, faz-se necessário assinalar a associação do patrimônio à comunidade, a importância que o parque exerce frente a comunidade e aos turistas enquanto processo propulsor do turismo cultural. Diante disso, é fundamental pontuar o conceito de patrimônio cultural que pode ser entendido por conjuntos de bens patrimoniais imateriais e materiais, que manifestam linguagem simbólica.

Patrimônio tangível ou material que constitui um conjunto de bens culturais, que fazem parte da construção histórica de um povo, representados por monumentos históricos, sítios arqueológicos, cidades históricas, cavernas, e também, por acervos museológicos, documentais, arquivísticas, fotográficos e cinematográficos. Já o patrimônio intangível ou imaterial, faz parte da construção social do indivíduo, portanto, são expressões passadas de geração em geração, que constituem sua identidade, segundo tradições, ritos, saberes, lendas, religião, dentre outros.

Segundo Prats (1998, p. 63), o patrimônio cultural é “todo aquello que socialmente se considera digno de conservación independientemente de su interes utilitário”. Assim sendo, a preservação

do patrimônio é de relevante para a construção histórica da nacionalidade, erigindo simbolicamente elementos identitários de uma nação. Ao compor a identidade de um povo e, assim, preservando o passado para futuras gerações. Mantém vivas as representações simbólicas que expressam o sentimento de pertencimento e a memória individual e coletiva. Os sujeitos históricos do parque, através dessas representações, intentaram contar a sua História.

Neste sentido, faz-se importante a construção social do indivíduo composto de elementos representativos que simbolizam suas características identitárias, que o representa como pertencente aquele grupo ou comunidade. Diante disso, é considerável pontuar a relevância do turismo cultural frente aos espaços não formais, constituindo-se nas ações que tencionam as atividades turísticas e educativas do local, promovendo a visitação do turista, uma vez que oferece a oportunidade do contato com o patrimônio histórico cultural.

Portanto, o ensino de História e o turismo cultural tem a necessidade de pensar o parque do Guartelá como um ambiente de educação não formal, como tantos outros espaços educativos fora da sala de aula, para desenvolver ações de cunho educacional, como um espaço de produção de saberes.

A escolha do Parque Estadual do Guartelá como referência de análise se justifica pelo fato de reunir, em um mesmo território, diferentes dimensões patrimoniais que podem ser mobilizadas pedagogicamente. A paisagem, os vestígios arqueológicos, as narrativas dos povos indígenas e as práticas de visitação compõem um conjunto de experiências que permitem compreender a História para além do livro didático, aproximando os visitantes de temporalidades longas, de formas diversas de ocupação do espaço e de processos de construção da memória coletiva. Nesse sentido, o parque não deve ser concebido apenas como local de contemplação da natureza, mas como um ambiente de leitura histórica da paisagem, no qual os bens naturais e culturais se apresentam como documentos significantes capazes de produzir interpretações simbólicas sobre o passado.

Essa perspectiva dialoga com a educação patrimonial ao propor que o patrimônio seja entendido como mediação entre sujeitos, lugares e temporalidades. A educação patrimonial não se reduz à transmissão de informações sobre monumentos ou objetos, mas envolve processos de sensibilização, investigação, apropriação crítica e responsabilidade social em relação aos bens culturais.

O contato direto com os bens patrimoniais pode favorecer formas ativas de conhecimento, pois estimula a observação, a descrição, a análise e a interpretação. Assim, quando articulado ao ensino de História, o patrimônio arqueológico torna-se possibilidade concreta de construção de conhecimentos históricos, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de atitudes voltadas à preservação e à valorização da diversidade cultural.

ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM

A Educação não formal caracteriza por ser uma educação que atua fora dos âmbitos escolares, fortalecendo suas ações em ambientes fora da sala de aula, como museus, parques, pontos turísticos, cidades e outros, que possuem um perfil cultural e artístico. Segundo Maria da Glória Gohn (2010, p. 32) a educação não formal poderia ser entendida como "sociopolítico, cultural e pedagógico de formação *para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade*". Ou seja, a educação não formal dialoga com os aspectos sociais, culturais (simbólicos) e turísticos. Dando ênfase aos aspectos sociais que representam a comunidade, em que está inserido o objeto de estudo.

A educação não formal acontece de uma maneira distinta da educação formal, ocorre fora da sala de aula. Em ambientes que não necessariamente foram construídos para serem estudados ou relacionados à pesquisa, mas tem uma relação direta com o ensino formal. O ensino não formal se relaciona com as vivências e os conhecimentos do indivíduo mediante a relação com a sociedade. Segundo Simson, Park e Fernandes (2007):

> "A educação não-formal é toda aquela que é mediada pela relação ensino/aprendizagem; tem forma, mas não tem uma legislação nacional que a regule e incida sobre ela. Ou seja, uma série de programas, propostas, projetos que realizam ações e interferências, que são perpassados pela relação educacional, mas que se organizam e se estruturam com inúmeras diferenças – em suma, um leque bastante amplo de possibilidades. (SIMSON, PARK, FERNANDES, 2007, p.16).

Logo, a educação não formal pode acontecer em diversos espaços sociais e culturais independente da utilidade do meio físico, o importante é que este espaço forneça meios para que ocorra a intenção de ensinar e relacionar o ambiente com o aprendizado.

Desta forma, a educação não formal pode acontecer em vários lugares, relacionando o conhecimento prévio do indivíduo e a história do local. O processo ensino-aprendizagem em ambientes não formais, não somente aconteçe por meio da docência, mas também, como no caso dos museus ou espaços turísticos, pode ser realizado através de profissionais da área do Turismo, da História e da Geografia, da Arqueologia e museólogos, bem como profissionais qualificados.

Os educadores Xavier e Fernandes (2008) apontam suas reflexões a cerca do público que frequenta os espaços não formais de aprendizagem, assim

> "no espaço não-convencional da aula, a relação de ensino e aprendizagem não precisa necessariamente ser entre professor e aluno(s), mas entre sujeitos que interagem. Assim, a interatividade pode ser também entre sujeito e objetos concretos ou abstratos, com os quais ele lida em seu cotidiano, resultando dessa relação o conhecimento"
> (XAVIER, FERNANDES, 2008, p. 226).

Conseguinte, a educação não formal é caracterizada por ocorrer fora dos ambientes normativos, estes processos de aprendizagem acontecem em ambientes fora do sistema formal de ensino. Entretanto, o espaço não formal possibilita uma formação humana mais crítica do sujeito, pois tende a aproximar o indivíduo da sociedade, através dos meios físicos representados por museus, teatros, e os patrimônios que qualificam para uma formação cidadã e transformadora do Ser como sujeito histórico.

Isto posto, o conhecimento em ensino de História não é só discutido e construído em sala de aula, também ocorre em ambientes não formais, como no caso do Parque Estadual do Guartelá que dialoga com o ensino de História Pré-Colonial, a Arqueologia, o Turismo e as ações preservação patrimoniais, através de práticas educativas que tratam do potencial histórico-cultural.

A importância do patrimônio como prática do ensino de História tem a finalidade de relacionar o conhecimento, o saber, com as manifestações históricas e culturais, potencializando ou reafirmando a identidade dos povos; mediando o passado no presente, auxiliando para o enriquecimento da cultura individual, coletiva e o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania conforme define Leonel Monastirsky "*a importância do patrimônio cultural para a sociedade está diretamente relacionada à carga simbólica que este patrimônio*

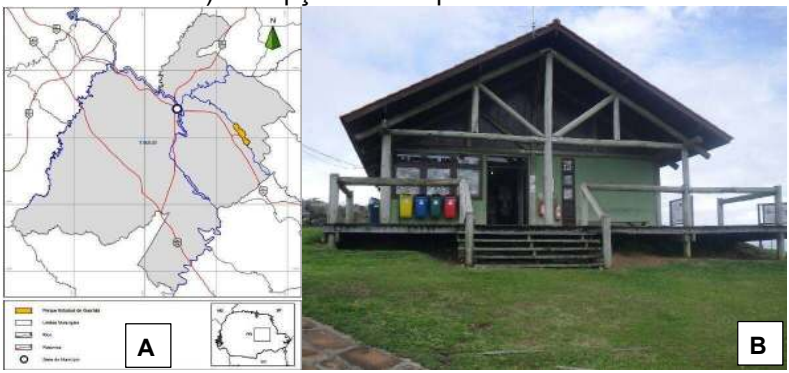
representa e com o poder de pertencimento que ele proporciona" (MONASTIRSKY, 2009, p. 331).

O ensino de História pode ser realizado tanto nos ambientes escolares como nos espaços não formais, recorrendo a elementos inseridos na cultura do indivíduo, levando em consideração o conhecimento prévio do público que visita, os elementos que contribuem para a formação social e o interesse pelo saber.

O PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ

O Parque Estadual do Guartelá, criado em 1992, está localizado no Município de Tibagi-Paraná, a cerca de 12 km da zona urbana e aproximadamente 200 km de Curitiba-PR, capital do Estado. O parque está inserido na região conhecida como "Campos Gerais", porção centro leste do Estado do Paraná (PINHEIRO, 2004, p. 67).

Figura 1 – A) Mapa da cidade de Tibagi, indicando a localidade do Parque;
B) Recepção do Parque



Fonte: A) Mapa: Plano de Manejo, (IAP, 2002). Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br e B) Foto: Amanda Cristina dos Santos Costa Alves

O Parque oferece possibilidades de estudos multidisciplinares nas áreas de Geografia, Biologia, Arqueologia, História dentre outras, constituindo-se de um instrumento de promoção do conhecimento. O parque é uma unidade de conservação classificada na categoria de manejo de proteção integral, que tem como objetivo básico preservar a natureza (IAP, 2002).

O espaço conta com um conjunto de áreas ricas em patrimônio natural, cultural, geográfico e arqueológico, serve para preservar o meio ambiente, a fauna e a flora, os ecossistemas, além de possuir potencial

paisagístico, com cânions e cachoeiras, paisagens de campos nativos, grutas, cavernas, formações rochosas e pinturas rupestres (MOREIRA; ROCHA, 2007).

A região em que o parque está inserido tem registro arqueológico das culturas líticas Humaitá e Umbu, ambas associadas a caçadores-coletores pré-ceramistas, provavelmente relacionadas aos protagonistas indígenas que fizeram as pinturas rupestres localizadas dentro do parque, no sítio Lapa Ponciano. Os povos caçadores-coletores teriam vivido nestas terras entre o segundo e o quarto milênio antes da era cristã (ARNT, 2002). Os povos caçadores portadores da cultura lítica identificada como tradição Umbu teriam um padrão de assentamento de "*acampamentos temporários abandonados com vários instrumentos em pedra, a maioria pequenas lascas, associados a muitas pontas de projéteis*" (PARELLADA, 2007, p. 230). Já os povos caçadores portadores da tradição lítica lascada sobre bloco Humaitá são conhecidos por características de confeccionarem "*instrumentos grandes em pedra, feitos com seixos e blocos, onde se destacam talhadores, enxós, raspadores, furadores e lascas*" (PARELLADA, 2007, p.165).

As pinturas rupestres existentes no Estado do Paraná têm características da influência do estilo da tradição Planalto que foram estabelecidas através do estudo de sítios que ocupam parte do Planalto Brasileiro, como já foi identificado em pesquisa anterior sobre a região de Tibagi (ARNT, 2002, p. 23). Segundo André Prous (2007, p. 28), a tradição se "*caracteriza-se pela predominância visual dos animais. Os cervídeos são as representações mais comuns*". Contudo, dependendo do ano e da região outros tipos de animais podem ser encontrados através de outros significantes culturais.

Diferente da influência e estilo da tradição Geométrica, que tem a predominância de apresentar "*sinais geométricos, quase não aparecendo outras representações*" (PARELLADA, 2007, p. 167) este termo foi denominado por arqueólogos para diferenciar os estilos, características e representações das pinturas rupestres (PROUS, 2007) que, no caso do parque Guartelá apresenta mais de um.

As expressões nos mostram como os povos antigos cultuavam as suas vitórias, a fauna, os rituais, a caça, as expressões do cotidiano que eram importantes. A relação do ser/sujeito histórico com o seu ambiente e os problemas que nascem da sua mobilidade e das técnicas que desenvolve. Os diferentes significantes representados nos estilos geométrico (Tradição Geométrica) e zoomorfo/antropomorfo (Planalto) retratam os sistemas simbólicos dos caçadores-coletores pré-coloniais

que se deslocavam dependendo do clima, vegetação, abundância de alimentos e questões simbólicas em diferentes padrões de assentamento.

Figura 2 – A) Sítio Arqueólogico Lapa Ponciano;
B) Pintura rupestre representação de cervídeo;
C) Placa de informação sobre o sítio arqueológico.



Fonte: Amanda Cristina dos Santos Costa Alves

A importância do patrimônio arqueológico como prática do ensino de História tem a finalidade de relacionar o conhecimento, o saber, com as manifestações históricas e culturais, construindo ou reafirmando a identidade dos povos; mediando o passado no presente, contribuindo para o enriquecimento da cultura individual, coletiva e o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania pois os reconhece como sujeitos históricos, conforme orienta João Lorandi Demarchi (2016), então

> [...] por isso, reconhece em todas as pessoas sujeitos históricos que podem mudar a realidade de desigualdade social. Desigualdade refletida no reconhecimento seletivo dos bens patrimoniais. A educação patrimonial aqui defendida problematiza essa condição e trabalha para a valorização de todas referências culturais e patrimônios, sendo eles tombados e registrados ou não. Cabe à educação patrimonial, portanto, como busca "interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento"
> (DEMARCHI, 2016, p. 288).

A preocupação com a proteção do patrimônio arqueológico, cultural e com a memória e identidade cultural de um indivíduo ou coletivo fazem parte de um conjunto de complementos que compõem o cotidiano dos lugares dando ênfase "*capaz de fortalecer a ideia de pertencimento e apropriação social do lugar; logo, torna o espaço do cotidiano mais palpável diante dos constantes fluxos de informação, capital e pessoas*". (ROCHA; MONASTIRSKY, 2008, p.149).

O cuidado de preservar um sítio arqueológico é benéfico não apenas para os envolvidos na área da pesquisa, mas, principalmente para a sociedade que será beneficiada diretamente com a construção e conservação de um espaço de proteção ambiental e social, fortalecendo a identidade e autonomia destes frente ao sentimento que os envolvem. Outro princípio básico da preservação é o uso sustentável, melhorando a condição de vida dos indivíduos que ali residem, a experiência de cuidar, conservar, e resguardar. Analisando os pontos positivo e negativos que o turismo gera para a comunidade.

O Turismo busca compreender uma relação com o ensino de História, "*mesmo não tendo um objetivo escolar é educacional e possui intimidade com a formação histórica*" (VENERA, 2010, p. 428). Portanto, pontuam importantes aspectos como sociais, culturais, saberes, aprendizados, conhecimento acerca do local visitado, interpretando e incentivando a memória do sujeito histórico. A importância do ensino de História para o turismo aborda aspectos do passado e do presente, contando a história do local. Para Batista (2005, p. 31) o turismo cultural é

> "o acesso a esse patrimônio cultural, ou seja, à história, à cultura e ao modo de viver de uma comunidade. Sendo assim, o turismo cultural não busca somente lazer, repouso e boa vida. Caracteriza-se, também, pela motivação do turista

> em conhecer regiões onde o seu alicerce está baseado na história de um determinado povo, nas suas tradições e nas suas manifestações culturais, históricas e religiosas".
> (BATISTA *apud* MOLETTA,1998).

A atividade turística é importante tanto para o a comunidade residente impulsionando economia, a cultura, a história da cidade, tanto para o público que visita que busca atividades turísticas de lazer para conhecer a história local. Além de estimular o processo de preservação e conservação do patrimônio cultural, como instrumento de construção social, estabelecendo discussões em relação aos bens culturais, uma vez que quando pouco valorizado se dá ao desconhecimento. As ações educativas podem agir de forma positiva promovendo a interação entre sujeito e patrimônio, reconectando os sujeitos e seus significantes ancestrais, rompendo então a barreira do distanciamento através da conexão ensino-aprendizagem, valorizando o patrimônio histórico e cultural dentro de diversos espaços de conhecimento para além da escola.

A presença de registros rupestres, formações geológicas e trilhas interpretativas permite compreender o Parque Estadual do Guartelá como uma paisagem cultural complexa. Embora sua criação esteja vinculada à proteção ambiental, a existência de sítios arqueológicos amplia o seu significado e exige que as ações de visitação considerem também a dimensão histórica e cultural do território. As pinturas rupestres, por exemplo, não devem ser apresentadas como curiosidades isoladas, mas como evidências materiais de sociedades indígenas que produziram sentidos, técnicas, deslocamentos, práticas simbólicas e formas próprias de relação com o ambiente. Essa abordagem contribui para combater visões simplificadoras sobre os povos indígenas, através do ensino de História e cultura indígena, favorece uma reflexão mais ampla sobre permanências, transformações e presença indígena na história brasileira.

AS POTENCIALIDADES DO ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA

O Parque Estadual do Guartelá possui uma proposta de Plano de Manejo abrangendo aspectos naturais, culturais e sociais nas suas ações, preocupando com a preservação e conservação, divulgando o conhecimento, possibilitando estudos em diversas Ciências. Ainda conta com propostas de ações patrimoniais e educativas em áreas multidisciplinares no plano de manejo, descrevendo as atividades

recreativas e educativas, a estruturação do parque e como ocorre o funcionamento deste, a partir dos programas criados para conduzir os visitantes ao longo do percurso de visitação.

As propostas do plano de manejo do parque estão relacionadas a programas de conhecimento, monitoramento ambiental, fauna e flora, diversidade do meio ambiente, programas de estrutura, acessibilidade, comunicação e recreação, visitas de professores e alunos, visitas guiadas, educação ambiental, pesquisas, projeto de controle da biodiversidade, proteção e conservação dos recursos naturais, dentre diversas ações que contribui para a melhoria e conservação do parque (IAP, 2002).

Entretanto, outra ação importante que consta no plano de manejo do parque que propõe a visitação do indivíduo para conhecer os recursos naturais e culturais é a proposta do Subprograma de Educação Ambiental que tem como principal objetivo "*a promoção da compreensão do meio ambiente e de suas inter-relações na unidade de conservação e no cotidiano da população, de modo a permitir mudanças em seus hábitos e costumes*" (IAP, 2002, p.31). Está ação educativa visa proporcionar e incentivar a preservação e conservação do patrimônio arqueológico e da natureza, incentivar a visitação da comunidade e a aproximação da comunidade ao parque, propondo práticas educativas.

As propostas pelo Subprograma de Educação Ambiental abordam as questões de cunho patrimoniais, educacionais e informativas. Segundo o Plano de Manejo constam as seguintes atividades:

> "Elaborar projeto de educação ambiental com temas específicos (recursos hídricos, flora, fauna, áreas degradadas, etc.); Preparação de material audio-visual para aulas e palestras sobre o Parque, Unidades de Conservação e Importância da Conservação dos Recursos Naturais; Promover visitas temáticas para alunos e professores das escolas da região; e, Produzir material educativo institucional sobre a unidade de conservação". (IAP, 2002, p. 31-32).

O Parque Estadual do Guartelá tem propostas de ações patrimoniais e educativas em diversas áreas multidisciplinares no plano de manejo, descrevendo as atividades recreativas e educativas, a estruturação do parque e como ocorre o funcionamento deste, a partir dos programas criados para conduzir os visitantes ao longo do percurso de visitação.

As ações contam com atividades de palestras, aulas explicativas que promove a conservação e a proteção da área do parque, recebendo

visitas de professores e alunos ocorrendo à troca de conhecimento, o aprendizado fora da sala de aula em um ambiente de potencialidade educativa. O ensino de história e cultura indígena, mesmo não sendo citado como ação educativa no plano de manejo, pode acontecer a partir destas propostas de aproximar a escola e a comunidade do parque interagindo com o patrimônio histórico e cultural, como instrumento de construção social, estabelecendo discussões em relação aos bens culturais e patrimoniais.

As propostas que envolvem o ensino de história indígena não estão descritas no plano de manejo, mas estão inseridas no diálogo dos guias de turismo, nas explicações e apresentações do Parque. No plano de organização para receber os visitantes constam várias atividades e explicações que envolvem todo o conhecimento histórico, porém não pontua, diretamente, a questão do ensino de história indígena. Sabe-se da importância da Arqueologia e de suas relações com o ensino de História e cultura Indígena, inclusive para acolher e incluir povos indígenas de entorno do parque, evitando a sua invisibilidade no presente (WITTMANN, 2015).

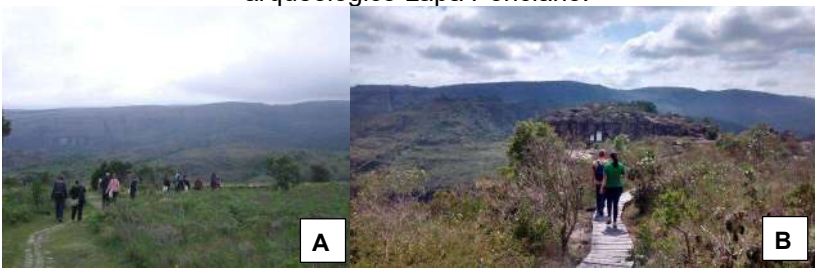
Além disso, dispõe de múltiplas propostas nas áreas das Ciências Humanas, o ensino de História indígena é uma delas que possivelmente não foi prontamente elaborada para compor o plano de manejo, mas nos diferentes trajetos do parque a memória indígena se faz História presente, nos significantes de sua pintura rupestres os nos sistemas de assentamento associados às tradições pré-ceramistas Umbu e Humaitá. O ensino de História indígena está presente nas explicações, na recepção no centro de visitantes, na visitação, nas cartilhas entregues na recepção, no vídeo de apresentação, este conjunto é conhecimento histórico e está pautado no discurso apresentado pelos guias de turismo.

Dessa maneira, a visitação tanto ao parque como no sítio arqueológico Lapa Ponciano, localizado dentro do parque, proporciona o conhecimento arqueológico sobre a história indígena pré-colonial. Em seguida, aborda quais os povos indígenas teriam realizado as pinturas rupestres neste local, a influência das tradições que têm características nas pinturas, o deslocamento dos povos indígenas pelo território, reconhecidos como nômades, e outras formas de abordar a história indígena em ambientes não formais e por profissionais que não são da área de História, e sim, guias de turismo do parque.

O ensino de história indígena no Parque Estadual do Guartelá poderia ser incluído em ações de potencialidades educacionais que estimulasse o visitante a conhecer sobre a História da ocupação indígena do Estado, ou até os aspectos culturais destes povos, os aspectos simbólicos das pinturas rupestres e a interferências de duas tradições

rupestres. O parque oferece potencialidades em ensino, entretanto, não estão sendo desenvolvidas, para tanto, a comunidade e os turistas que visitam o parque poderiam obter informações mais precisas e aprofundadas a respeito das potencialidades do ensino de história e do turismo cultural.

Figura 3 – A) Visitantes iniciando a trilha;
B) Visitação da autora e do guia de turismo ao sítio arqueológico Lapa Ponciano.



Fonte: Amanda Cristina dos Santos Costa Alves

Para que essas potencialidades se concretizem, o ensino de história indígena no parque pode ser organizado por meio de roteiros interpretativos que articulem perguntas históricas, observação do patrimônio e diálogo com a educação ambiental. Em vez de apresentar apenas dados sobre cronologia, localização ou características das pinturas, a mediação pode provocar questionamentos: quem produziu esses registros? Que técnicas foram utilizadas? Que relações podem existir entre imagem, território, mobilidade e práticas sociais? Quais cuidados são necessários para preservar esses bens? Tais perguntas possibilitam que o visitante compreenda o patrimônio arqueológico como fonte histórica e não apenas como atração turística. A aprendizagem, nesse caso, ocorre pela construção de relações entre indícios materiais e interpretações históricas.

DISCUSSÕES ENTRE ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA E TURISMO CULTURAL

A relação entre o ensino de História e o Turismo Cultural é nitidamente apresentada no Parque Estadual do Guartelá, por mais que na documentação do Plano de Manejo consta que não há nenhuma ação abordando o ensino de História Indígena, este é mencionado nos discursos dos guias de turismos e nas narrativas da História do local, a partir das falas, das apresentações e das explicações. Contudo, a relação das duas disciplinas visa à possibilidade de aproximar a história

local com a comunidade e com os turistas que buscam conhecer sobre a história antiga do povoamento da região, a cultura e as tradições do local.

Figura 4 – A) Artefatos dos povos indígenas expostos no Museu Histórico Desembargador Edmundo Mercer Júnior[1]; B) Artefatos líticos indígenas encontrados na região.



Fonte: Amanda Cristina dos Santos Costa Alves

Portanto, não tem como deixar de tratar de ensino de história indígena em um local de potencial educativo, arrolando que nesta área que se encontra o parque, foi palco de moradia de povos caçadores-coletores a milênios atrás, e que deixaram seu legado, como as pinturas rupestres nos sítios arqueológicos que estão localizados dentro do parque. Ademais, o parque foi criado e está inserido como uma Unidade de Conservação, ou seja, tem o objetivo de proteger as áreas arqueológicas, biológicas e geográficas. Dessa maneira, o turismo além de impulsionar a economia da cidade visa à proteção e a conservação do patrimônio cultural material e imaterial.

Sobre este aspecto a turismóloga Karoliny Carvalho (2010, p. 56) pontua a importância do Turismo Cultural que

> "[...] pode ser compreendido como um segmento da atividade turística que, por meio da apreciação, da vivência e da experimentação direta dos bens do patrimônio cultural, material e imaterial, e da mediação da comunicação interpretativa, proporciona aos visitantes a participação em um processo ativo de construção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural e sobre seu contexto sócio-histórico. Em última escala, este processo

[1] O Museu Histórico Desembargador Edmundo Mercer Júnior, localizado na praça central da cidade de Tibagi, guarda artefatos da história local, o acervo possui mais de 5 mil peças. Para maiores informações indico a leitura do Trabalho de Conclusão de Curso "Curadoria do invisível: a cultura material dos povos indígenas no Museu Histórico Edmundo Mercer Júnior, Tibagi", da autora.

> auxiliará na produção de novos conhecimentos e a conservação dos bens visitados".
> (CARVALHO *apud* COSTA, 2009).

Segundo Silva & Fonseca (2010, p. 24) "*Ensino de História cabe um papel educativo, formativo, cultural e político, e sua relação com a construção da cidadania perpassa diferentes espaços de produção de saberes históricos*". A partir da visita ao parque compreende-se a importância da História nos ambientes não formais, utilizando o sítio arqueológico como instrumento pedagógico para o ensino de História e cultura indígena, contribuindo na divulgação do conhecimento, na troca de saberes a partir de elementos patrimoniais, arqueológicos e históricos conforme define Luisa Wittmann (2016).

> O ato normativo educacional surge num importante contexto de conquistas de ações afirmativas, porém sua real efetivação e a formação de uma sociedade mais inclusiva necessita da superação da exclusão a partir de novas concepções de ensino-aprendizagem. É urgente superar a concepção positivista/evolucionista resultante do processo colonialista de nossa história ultrapassando os estereótipos ainda vigentes acerca das populações indígenas (e de origem africana) em uma sociedade que tem como marca a diversidade. Neste sentido, os conhecimentos dos povos indígenas são muito importantes na construção de uma educação intercultural
> (WITTMANN et all, 2016 p. 3).

O ensino de História indígena pode ser realizado tanto nos ambientes escolares, pelo efetivo cumprimento da Lei 11.645/2008, como nos espaços não formais, recorrendo a elementos inseridos na cultura do indivíduo, levando em consideração o conhecimento prévio do público que visita o sítio arqueológico, os elementos que contribuem para a formação social dos sujeitos e o interesse pelo saber. Por conseguinte, tem a necessidade de pensar o parque como um ambiente de educação não formal, como tantos outros espaços educativos fora da sala de aula, desenvolvendo ações de cunho educacional, como um espaço de produção e saberes.

Diante disso, o ensino de história indígena nos espaços não formais e o turismo cultural dialogam e desenvolvem ações que possibilitam a preservação, a conservação e a valorização do patrimônio

cultural e arqueológico no Parque Guartelá, atuando de maneira interdisciplinar à medida que são considerados componentes propulsores do patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços não formais de aprendizagem são importantes instrumentos que eleva o potencial educativo. Através de monumentos e patrimônios culturais, sítios arqueológicos, dentre outros, que reafirmam a valorização do patrimônio e a História dos povos indígenas pré-coloniais, contribuindo para o enriquecimento da cultura individual, coletiva e o fortalecimento dos sentimentos de cidadania e respeito às culturas indígenas do passado e do contemporâneo.

Considera-se pertinente que as ações educativas possam ser realizadas em ambientes não formais, como instrumento de ação que promove o ensino de história, a educação através dos patrimônios culturais na construção social, dos sentimentos e da valorização da História indígena local e regional.

O ensino de história indígena e o turismo cultural em ambiente fora da sala de aula, desde que estejam inseridos em um contexto histórico-cultural revela a importância de promover ações educativas e que proporciona o reconhecimento dos atrativos naturais e culturais dos patrimônios. O turismo impulsiona a economia garantindo a possibilidade do processo de visitação, estimulando o fluxo de turistas, e consequente assegura elementos que instigam a preservação e a conservação do patrimônio arqueológico, geológico e natural.

Desse modo, reconhecer o parque como espaço não formal de aprendizagem significa ampliar a função social do patrimônio, articulando preservação, interpretação histórica e formação cidadã em práticas educativas capazes de aproximar sociedade, memória e território. No Parque Estadual do Guartelá existem pinturas rupestres e sítios arqueológicos que, se utilizados de forma decolonial adequada, podem promover uma reconexão dos significantes culturais dos povos caçadores-coletores antigos com o ensino de História indígena local, criando um espaço de interação e acolhimento da diversidade indígena, sua demanda histórica atual, através do turismo cultural. O parque é um território indígena, com seus representantes culturais e ancestrais, como bem da União que podem e devem ser utilizados no ensino de História e cultura indígena através do turismo cultural.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.C.S.C.A. **Curadoria do invisível: a cultura material dos povos indígenas no Museu Histórico Edmundo Mercer Júnior, Tibagi**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, Curso de Arqueologia, Rio Grande/RS, 2023.

ARNT, F. V. **As pinturas rupestres como testemunho de ocupação pré-contato em Tibagi**, Paraná. Editora La Salle, 2002.

BATISTA, C. M. Memória e Identidade: Aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 5, n° 3. 2005, p. 27-33.

CARVALHO, D. K. Turismo Cultural e Arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do patrimônio cultural. **Turismo e Sociedade**. Curitiba, abril de 2010, Vol.3, nº 1, p. 51-67.

DEMARCHI, J. L. Perspectivas para atuação em Educação Patrimonial. **Revista CPC**, n. 22, p. 267-291, 2016.

GOHN, M.G. **Educação não formal e o educador social**. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010, p. 104.

IAP–INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Guartelá.** Curitiba-PR, 2002.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural.** Terr@ Plural, v. 3, n. 2, p. 323-334, 2009.

MOREIRA, J. C; ROCHA, C. H. Unidades de Conservação nos Campos Gerais. In: Editado por MELO, M. S; MORO, R.S; GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa, Ed: UEPG, 2007.

PARELLADA, C. I. “Arqueologia dos Campos Gerais”. *In:* Editado por MELO, M. S; MORO, R.S; GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa, Ed: UEPG, 2007, p. 163-170.

PINHEIRO, E.S. **Percepção ambiental e a atividade turística no Parque Estadual do Guartelá – Tibagi, PR**. 2004. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná, 2004, p. 146.

PRATS, L. El Concepto de Patrimonio Cultural. **Revista Politica y Sociedad**, Universidad de Barcelona, 1998.

PROUS**,** A. **Arte Pré- Histórica do Brasil**. Belo Horizonte, Editora C/ Artes, 2007, p.128.

ROCHA, A. R. P.; MONASTIRSKY, L. B. A dialética entre o global e local: um olhar sobre o turismo e o patrimônio cultural. **Revista Terr@Plural**, Ponta Grossa, Vol.2, nº 1, jan./jun., 2008, p.145-154

SILVA, M. A; FONSECA, S.G. “Ensino de História Hoje”: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, 2010, Vol.30, nº 60, p.13-33.

SIMSON, O.R.M; PARK, M.; FERNANDES, R.S. A Educação não-formal: um conceito em movimento. **Visões singulares, conversas plurais**. São Paulo: Itaú Cultural, (Rumos: Educação, Cultura e Arte,3) 2007, p. 13-38.

VENERA, R. A. S. Turismo e Ensino de História: potencialidades e interpretações locais. **Turismo em Análise**, São Paulo, Vol.21, n.2, agosto, 2010.

XAVIER, O.S; FERNANDES, R. C. A. A Aula em Espaços Não-Convencionais. In: VEIGA, I. P. A. **Aula**: **Gênese, Dimensões, Princípios e Práticas**. Campinas: Papirus Editora, 2008.

WITTMANN, L. T. (Org). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

WITTMANN, L. T; SOUZA, D. P; REIS, R. F. **A temática indígena nas universidades públicas catarinenses**: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de História. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SC: HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS, v. 16, p. 1-12, 2016.